



RUA LICENCIADO COUTINHO 77
C. P. 2648 MAPUTO
TEL: +18603 / FAX: +18604

Boletim sobre o processo de paz em Moçambique

Número 16 - Dezembro 1998

Editado por Joseph Hanlon

O material pode ser livremente reimprimido

Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a África Austral

Prins Hendrikkade 48, 1012 AC Amsterdam Netherlands
Tel: (31) 20 - 626 66 39 Fax: (31) 20 - 622 01 30
e-mail: awepa@antenna.nl

Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo Moçambique
Tel: (258) 1 - 41 86 03, Fax: (258) 1 - 41 86 04
e-mail: awepa@awepa.uem.mz

Eleições locais adiadas

O Parlamento obrigou o governo a retirar a sua proposta de lei sobre as eleições locais, pelo facto de as duas bancadas a considerarem inconstitucional. Os três partidos no Parlamento, em consulta com o governo, acordarão um novo calendário para as eleições, antes do fim da sessão ordinária em causa, nos fins de Dezembro. É pouco provável que as primeiras eleições locais possam ser realizadas antes de 1997.

A Lei dos Municípios (3/94), aprovada pelo anterior Parlamento monopartidário em 13 de Setembro de 1994, estabelece que as eleições dos presidentes dos Conselhos Municipais e das Assembleias Municipais pelo menos para as dez capitais provinciais e na Cidade de Maputo, realizar-se-ão em data a definir por lei, até 1 de Outubro de 1996.

O conjunto de propostas de leis do governo abrangiam as previstas eleições, estabelecimento de uma Comissão Nacional de Eleições e o processamento eleitoral. Mas a Comissão parlamentar para os Assuntos Jurídicos, por unanimidade, considerou as propostas inconstitucionais. O parecer ilustra que a Lei Municipal original é inconstitucional. Surpreendentemente, a Comissão é dirigida por Ussumane Aly Dauto, que era Ministro da Justiça quando a Lei dos Municípios foi aprovada, e que agora aceita que ele permitiu uma lei inconstitucional para ser aprovada (para mais detalhes, veja página 9).

O Governo decidiu ir avante com as propostas de lei, argumentando que eram constitucionais. Mas, no dia 8 de Novembro, decidiu retirá-las, após dois dias de debates, quando ficou claro que não só a Renamo

e a UD se opunham a elas por as considerarem inconstitucionais, mas também alguns parlamentares por parte da Frelimo estavam de acordo com a Renamo e, assim, as propostas de leis poderiam ser reprovadas.

Esta foi uma situação inesperada e notável por duas razões. Primeiro, os parlamentares da Frelimo estavam preparados para enfrentarem o seu próprio partido no governo. Segundo, os parlamentares da Renamo priorizaram a constitucionalidade em relação às suas exigências repetidas para eleições mais cedo. Ambos são sinais de uma maturidade, de crescimento rápido do novo Parlamento.

Dupla administração continua

A Renamo continua a administrar algumas áreas que controlava no fim da guerra, há três anos, e exclui os oficiais governamentais nesta administração. O problema é grave nas províncias centrais de Manica e Sofala e nas do norte, de Nampula. Dois problemas no mês de Outubro em Sofala aumentaram a tensão.

Em Marínguê, "capital" da Renamo no tempo da guerra, em Sofala, a primeira visita do governador provincial Felisberto Tomás, no dia 10 de Outubro, provocou uma grande confrontação. Dois funcionários enviados pelo governador para preparar a visita foram espancados e expulsos. O governador decidiu, mesmo assim, efectuar a visita, mas a delegação foi recebida a 25 quilómetros da vila pelo

administrador do distrito, Nobre Meque, e por cinco polícias, informando-a para voltar.

Meque é membro da Renamo indicado para o cargo de administrador pela Renamo e nomeado pelo Governo, nos termos do Acordo Geral de Paz de Roma de 1992. Mas ele e a polícia foram escorraçados um dia antes pela Renamo, que queimou as tendas que serviram de habitação para os polícias e disse que poderia matar Meque se permitisse a visita do governador.

Meque, numa entrevista ao *"Diário de Moçambique"*, que se publica na Beira, (13 de Outubro) afirmou: Eles dizem que fui comprado pela Frelimo porque não obedço às ordens da Renamo. Sou um funcionário do Governo e este possui um chefe - não posso obedecer a dois chefes.

O governador Tomás e os jornalistas continuaram e visitaram a vila, onde Tomás proferiu um discurso perante centenas de pessoas.

Mas foi uma expedição para uma terra estranha; a Renamo mantém um controlo total da área. O diário "Notícias" (13 de Novembro) afirmou que a Renamo possui ali 1.000 homens armados. Nunca foram desmobilizados e estão nas bases de Catema e Massala, 15 a 40 quilómetros de Marínguê. Os homens que guardam as armas informaram ao jornal "Notícias" que estavam à espera de ordens para distribuir as armas e voltar à guerra. O presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, negou esta informação.

A visita à Marínguê seguiu-se ao espancamento e rapto de Rui Frank, o responsável do partido Frelimo em Gorongosa, também em Sofala, no dia 3 de Outubro. Este incidente largamente publicado, que ocorreu na presença dos jornalistas, pareceu destinar-se a ser uma expulsão formal da Frelimo do distrito onde a Renamo recebeu três vezes mais votos que a Frelimo nas eleições do ano passado.

O rapto originou um protesto público da recém-criada Liga Moçambicana dos Direitos Humanos. Numa declaração de 19 de Outubro, a presidente da Liga, Maria Alice Mabote, afirma que após receber ordens do seu dirigente, os homens do corpo de segurança do presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, invadiram a casa do administrador distrital em Gorongosa, onde cometeram ofensas corporais" contra a esposa do administrador em estado de gravidez muito avançado, e ameaçaram matar o administrador. Depois espancaram gravemente o Frank, amarraram-no e forçaram-no a sair da casa.

No dia do incidente, Dhlakama estava a falar em Gorongosa. Frank disse que ele foi levado ao comércio com as mãos e os pés atados para ser apresentado à multidão por Dhlakama. Ainda amarrado, ele foi levado à capital provincial, Beira, onde foi alojado no quarto de um hotel e mais tarde foi libertado.

Dupla administração:

Confusão e conflito

Embora a reconciliação e a reintegração estejam a avançar em algumas zonas, tem havido uma série de incidentes onde a Renamo excluiu funcionários governamentais - incluindo alguns nomeados pela Renamo. Também tem havido várias notícias que dão conta que a Renamo ainda mantém grupos de homens armados.

A Renamo tem estado a encorajar os líderes tradicionais a não cooperarem com o Governo; os líderes tradicionais, apoiados por homens armados alegadamente ligados à Renamo, tomaram de assalto e controlaram a vila de Dombe durante alguns dias, no mês de Julho.

Nas províncias de Manica, Sofala e Nampula, os dirigentes locais da Renamo têm estado a dizer às pessoas para não cooperarem com o governo, incitando-as a recusarem pagar os impostos, enviar as suas crianças para as escolas do Governo, ajudar a Polícia ou tomar parte em reuniões.

Em Nhampoca, em Sofala, a Renamo expulsou uma equipa de agentes de vacinação que afirma que estava a dar "vacinas perigosas da Frelimo". A Renamo também tentou dar novos nomes às escolas locais, em homenagem ao seu primeiro líder, André Matsangalssa.

Em Novembro, em Marínguê, a Renamo expulsou quatro professores do ensino primário que foram enviados para o local em Julho.

Existe uma preocupação crescente relativamente aos contínuos problemas de dupla administração. O Ministro da Administração Estatal, Alfredo Gamito, estabeleceu uma comissão de investigação dirigida por Sr. José Guambe, Director Nacional para a Administração Local, que visitou alguns dos distritos em causa.

A Frelimo é muito rígida?

Par além do desejo óbvio, por parte de alguns dirigentes locais da Frelimo, de manterem o controle das suas áreas, dois factores parecem alimentar o contínuo conflito. Um dos factores é a animosidade por parte de alguns dirigentes da Frelimo, que não querem dar à Renamo não mais do que o reconhecimento legal necessário. O outro, é a falta de genuína compreensão acerca do estilo europeu do sistema eleitoral de que o vencedor deve abarcar tudo.

No âmbito do Acordo Geral de Paz, o Governo aceitou nomear membros da Renamo como administradores e responsáveis das localidades em certas zonas antigamente controlados pela Renamo.

Em Chapa, uma localidade em Cabo Delgado, o administrador indicado pela Renamo faleceu, e este partido perguntou se poderia indicar o seu substituto. O governador Jorge Muanahumo recusou, dizendo correctamente que a Renamo já não tem direito. Mas isso parece uma decisão legalista marcadamente provocadora.

O jornal "Domingo", tido como pró-Frelimo, disse que possui informação segundo a qual em Nampula o governador Rosário Mualeia demitiu um administrador distrital "por ser amigo do Dhlakama".

Como aconteceu com os administradores, a Renamo também exigiu a nomeação de quadros de nível inferior, e a integração no aparelho estatal dos seus professores, funcionários da saúde e polícia. Aqui, a resposta tem sido extremamente variável. O Ministério da Saúde já está a levar a cabo cursos de aperfeiçoamento de 257 antigos trabalhadores da Renamo ligados à Saúde, embora dois terços possuam menos do que o sexto ano de escolaridade. O Ministério do Interior acordou treinar novamente e integrar nas forças policiais 141 antigos guerrilheiros indicados pela Renamo.

Mas o Ministério de Educação, com intransigência, recusou integrar no sistema estatal qualquer professor da Renamo que não esteja qualificado - que são poucos. Em algumas áreas de Manica e Sofala, os professores da Renamo continuam a ensinar em locais onde o governo ainda não é capaz de enviar professores formados. Pessoas que visitaram as escolas afirmam que muitos destes professores são dedicados e, apesar da sua falta de formação, estão a levar a cabo um trabalho aceitável. Todos estão a ensinar sem vencimentos, e alguns granjearam grandes apoios por parte dos pais locais.

Dhlakama acusa a polícia

Os membros da Renamo estão a ser mortos pela Polícia numa média de mais de dois por semana, acusou o dirigente da Renamo, Afonso Dhlakama, numa Conferência de Imprensa concedida no dia 14 de Novembro em Maputo. Desde as eleições de Outubro de 1994, a Polícia assassinou "mais de 120" membros da Renamo, segundo afirma. Ele recusou mencionar o nome de qualquer das vítimas ou apresentar as provas. "Não há nenhuma reconciliação nacional em Moçambique", concluiu.

Falta de compreensão

Existe uma confusão evidente no país acerca do significado de um partido ganhar a maioria dos votos num distrito ou província, mas perdendo as eleições.

Em alguns discursos, Dhlakama tem estado a dizer que a Renamo "ganhou" em algumas áreas e deveria ali nomear os governadores, administradores e outros quadros. O governo da Frelimo nessas áreas é "ilegal", afirma Dhlakama. Em certos lugares, particularmente em Nampula, onde Dhlakama atraiu muita multidão durante a visita efectuada em Outubro, as pessoas têm estado a apelar para novas eleições, porque a Renamo "ganhou" mas a Frelimo permanece no poder.

Moçambique é um país que sempre - nas eras pré-colonial, colonial, e no sistema monopartidário pós-independência - possuiu um único líder forte e um sistema rigidamente hierarquizado. As eleições do ano passado foram as primeiras multipartidárias até hoje, e muitas pessoas vêm-nas apenas como uma forma de seleccionar um novo chefe. Assim sendo, as pessoas estão muito confusas nas províncias onde a maioria dos parlamentares ai eleitos são da Renamo e a maioria das pessoas votaram por Dhlakama, mas a Frelimo e Chissano estão a governar.

As eleições locais vão complicar o problema, porque não há experiência histórica em Moçambique de os governos locais e nacionais estarem nas mãos de diferentes partidos - algo que muitas vezes causa tensão na Europa, onde existe muita experiência. Finalmente, pode existir muita sensibilidade em ambos os lados relativamente às críticas e declarações que são parte do processo do multipartidarismo robusto. Manuel Lole, chefe nacional de mobilização da Renamo, justificou o rapto de Rui Frank pelo facto de este ter dito às pessoas para não participarem no comício de Dhlakama. Mais ainda, Frank disse à população que o presidente Dhlakama é um bandido, ladrão e assassino. Sinceramente falando, estas palavras não são reconciliatórias e transcendem os limites da acção política. Assim sendo, temos que tomar medidas, assim disse Lole ao semanário independente "Savana".

Mobilizar as pessoas para não participarem em comícios ou apelar o líder da oposição de ladrão e assassino poderia não ser um acto para além dos limites do âmbito político em muitos países europeus. Mas acontecerá o mesmo nos estados africanos, onde ainda se presta vassalagem aos anciãos e dirigentes?

Está claro que muitas pessoas não podem compreender por que é que os parlamentares que eles elegeram estão a discursar dizendo que o Governo é mau ou incompetente. Não são eles parte do "governo"?

O que aparentemente sucede é que muitas pessoas não compreendem o sistema de governação que lhes foi imposto, que está contra muitas das suas tradições. Os limites da acção política e o papel da

oposição neste novo sistema não estão claramente definidos ou compreendidos. Na verdade, porque este sistema é uma ruptura drástica com o sistema tradicional há a necessidade de uma grande educação cívica

Tentativa de golpe de estado?

Rumores de golpe de estado, envolvendo antigos comandantes guerrilheiros da Renamo e seus antigos apoiantes sul-africanos, pairaram em Maputo no fim-de-semana de 28-29 de Outubro.

Os rumores seguiram-se a uma repentina e inesperada visita do Vice-Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, e do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Aziz Pahad, no dia 27 de Outubro, para se encontrar com o Primeiro-Ministro, Pascoal Mocumbi, em Maputo, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, em Nacala. O semanário independente "Demos" reportou que houve movimentação de militares moçambicanos ao longo das fronteiras com a Swazilândia e a África do Sul, sensivelmente no mesmo período. O semanário "Demos" aponta que no início do mês Dhlakama teve uma reunião com antigos generais guerrilheiros da Renamo, dentro e fora das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Tanto o Presidente Chissano como a chefia das Forças Armadas distanciaram-se dos rumores sem, contudo, os desmentirem.

O semanário "Savana" classificou os rumores como uma ficção e argumentou que os mesmos foram lançados para criar a instabilidade.

Dhlakama qualificou as alegações como sendo invenções do serviço de inteligência moçambicanos, SISE, e acrescentou que o SISE fez circular relatórios para os serviços secretos estrangeiros. Por sua vez, a SISE negou as reivindicações de Dhlakama.

Não houve prisões ou acusações reportadas nas Forças Armadas, para se confirmar que de facto houve uma "tentativa de golpe". Não pode ter sido sério.

Mbeki foi citado pela imprensa sul-africana - e acredita-se em muitos círculos em Moçambique - em como tendo ido ver Dhlakama após uma solicitação de Chissano ao Presidente Nelson Mandela neste sentido. Mbeki tem sido apontado como um dos que levou Dhlakama de volta às eleições após a sua ameaça de retirada nas eleições do ano passado, e acredita-se que tenha pressionado Dhlakama, desta vez, para estar dentro do processo de paz.

Mas os rumores e a visita de Mbeki eram elementos que alimentavam as grandes tensões causadas pelo rapto de Rui Frank e pelas cada vez mais duras declarações da Renamo sobre a

ilegitimidade do Governo da Frelimo nas zonas onde a Renamo arrecadou a maioria dos votos.

Como o "Demos" comentou, os rumores mostraram a extrema fragilidade da nova ordem democrática.

Renamo necessita de dinheiro

A comunidade internacional está apenas a brincar connosco, queixou-se o dirigente da Renamo, Afonso Dhlakama para quem ela está a tentar evitar o desaparecimento do seu partido. Numa entrevista ao semanário dominical "Domingo" (10 de Setembro) disse que embora ele esteja pessoalmente cometido com a paz, há algumas pessoas no partido que podem voltar à guerra se a Renamo não obtiver mais dinheiro da comunidade internacional.

As estimativas do semanário "Domingo" apontam que a Renamo tem dívidas de US \$ 5 milhões, incluindo US \$ 600.000,- a uma empresa portuguesa de relações públicas. Recebe o equivalente de US \$85.000,- mensalmente do orçamento estatal, mas Dhlakama afirma que este montante cobre apenas dois terços das despesas correntes do partido e não dá campo para investimentos.

Os membros da Renamo estão a ser forçados a saírem das casas que ocupam em Maputo, pois o partido já não tem capacidade para pagar o aluguer, assim afirmou Dhlakama. De facto, o jornal "Notícias" reportou que, por exemplo, a Renamo não paga as rendas do complexo residencial que ocupa na Costa do Sol, pertencente à fábrica estatal Vidreira de Moçambique. As rendas são de US \$ 6.000,- mensais, estando a Renamo a ocupar as casas desde o período das eleições do ano passado.

No mês de Julho, Dhlakama fez um apelo à União Europeia para a atribuição de fundos. Em Outubro, o Embaixador espanhol, Francisco Viqueira, disse que a União Europeia estava a estudar a possibilidade de liquidar as dívidas de Renamo e ajudar todos os partidos políticos de Moçambique. Acrescentou que a União Europeia foi informada pelas Nações Unidas que ainda existem alguns recursos do fundo estabelecido para ajudar a transformação da Renamo de uma organização militar em partido político.

Parlamento:

Local de consenso

Contrastando com a tensão entre os partidos fora do Parlamento e as grandes disputas que marcaram a primeira sessão parlamentar de Dezembro do ano passado, actualmente o consenso está na ordem do dia no Parlamento. Há uma estreita cooperação entre os partidos e os parlamentares. Poucas questões têm

sido levadas para a votação; as partes retiraram os pacotes de propostas que poderiam ter sido reprovadas. As Comissões estabelecidas, de uma forma geral trabalham por consenso.

Isto tem dado azo a divisões e algumas tensões no seio dos dois principais partidos no Parlamento e suas respectivas lideranças não parlamentares. Um parlamentar da Frelimo queixou-se de que o Governo ainda pensa de uma forma monopartidária e que pode simplesmente ditar aos parlamentares da Frelimo o que devem fazer, enquanto os próprios parlamentares estão agora a pensar de uma forma multipartidária. "Estamos a mudar, porque trabalhamos com a Renamo e influenciamos-nos uns aos outros", comentou o parlamentar.

Hélder Muteia, da Frelimo e presidente da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Regional, disse que "não somos apenas legisladores; temos que controlar o governo e manter uma distância crítica dele. Queremos fazer críticas construtivas e o governo deve reagir para comentar de fora".

Evitando conflitos

As partes parecem ansiosas em evitar conflitos no Parlamento, e muitas vezes têm retirado os pacotes de propostas de leis em vez de as deixarem ser vencidas.

A Renamo retirou uma série de propostas de leis consideradas inconstitucionais pela Comissão dos Assuntos Jurídicos e Legalidade. Numa sessão especial, a Renamo retirou as propostas de leis para estabelecer um Conselho da República para aconselhar o Presidente e para formalmente estabelecer um Conselho Constitucional, após aquela comissão ter concluído que estas são responsabilidades do Presidente da República e não do Parlamento. Numa sessão ordinária, a Renamo retirou um pacote de leis referente à nova toponímia das cidades e distritos e a necessidade de rever a divisão administrativa do país.

Do mesmo modo, o governo retirou o pacote de leis sobre os municípios.

Sempre que a Renamo está contra uma proposta de lei, opta por permanecer em silêncio no momento do debate. Não fala nem vota. Esta situação ocorreu com a nova lei de câmbios e a proposta de lei para incorporar uma Convenção das Nações Unidas na Lei Marítima e para o estabelecimento de tribunais marítimos.

Dois dos 39 artigos da Lei Marítima foram considerados inconstitucionais pela Comissão dos Assuntos Jurídicos e de Legalidade, e a Renamo argumentou que toda a proposta de lei deveria ter sido retirada, como aconteceu com as leis sobre as

autarquias. Em vez disso, a Frelimo simplesmente apagou um artigo que poderia ter permitido ao governo ratificar as convenções marítimas, em violação da cláusula constitucional que concede estes poderes exclusivamente ao Parlamento, e reveu outro artigo que permitiria ao Governo "legalizar" em vez de "regular" em assuntos resultantes desta lei.

MP's recordem-se do povo

Até aqui o Parlamento tem estado fundamentalmente a apreciar pacotes de leis submetidos pelo Governo e com a sua própria organização interna. Mas onde tem sido livre de agir, tem-se mostrado próximo do pensamento público.

O Comissão dos Assuntos Jurídicos e de Legalidade apresentou uma Lei de petição que foi aprovada pelo Parlamento em Outubro. A Constituição dá aos cidadãos o direito de peticionar o Governo, mas não estabelece regras. A nova lei dá aos cidadãos amplos direitos e impõe drásticas limitações ao Governo. Uma petição é qualquer queixa, solicitação ou proposta para qualquer departamento ou instituição governamental. Ela pode ser feita em qualquer forma e não requer o pagamento de taxas (dando-se fim ao sistema que exigia que o requerimento fosse feito num papel especial com estampilhas fiscais). Ninguém pode ser penalizado por uma petição. O Governo deve responder dentro de 60 dias.

De acordo com as novas leis em vigor, o Governo vai ao Parlamento para responder aos deputados três vezes em cada sessão. As primeiras questões colocadas pela Frelimo ao seu próprio governo, levantando questões que foram motivo de grandes discussões públicas foi o processo das privatizações e quem se beneficia, aumento do custo de vida, criminalidade e drogas, negociações com o FMI, e Educação (especialmente a corrupção). O semanário "Savana" colocou as questões da seguinte forma: Esta semana os parlamentares recordaram-se do povo.

A Frelimo descentralizou a apresentação preliminar das questões. Cada grupo de parlamentares da Frelimo, das 11 províncias, reúne-se semanalmente, durante a sessão, e cada um elabora um questionário preliminar. Os chefes dos 11 grupos reúnem-se para sistematizar as diferentes perguntas.

Contudo os parlamentares mostraram não estar a par de como usar o sistema de perguntas. Nem a Renamo, nem a UD submeteram as suas perguntas atempadamente, e as "perguntas" da Renamo eram meras declarações.

O governo foi à Assembleia preparado para responder apenas às últimas perguntas da Frelimo, no primeiro turno da sua apresentação. Mas as respostas

às perguntas relativas à Educação provocaram tão grandes debates: -40 parlamentares pediram a palavra e houve grandes críticas ao sistema de Educação por parte da Renamo- de que não havia tempo para o Ministro das Finanças Tomás Salomão para responder as questões do FMI

Constitucionalidade: Novo respeito

Ocorreu uma rápida mudança, envolvendo uma nova postura pela constitucionalidade. No decurso dos debates nesta sessão parlamentar, os Parlamentares das três bancadas expressaram um cometimento genuíno para com a constituição, como lei suprema da nação.

A Renamo deseja mudar a Constituição, mas não está preparado para evitá-la

Por outro lado, alguns parlamentares da Frelimo que foram membros do governo admitem que no passado não prestaram uma atenção especial à Constituição quando estavam a elaborar propostas de leis, e que só agora chegaram à esta realidade. São críticos em relação aos ministros do actual governo, pelo facto de não compreenderem que esta mudança de atitude é genuína.

Revisão constitucional

A pedido da Renamo, a terceira sessão ordinária do Parlamento foi precedida por uma extraordinária nos dias 11 - 13 de Outubro, para debater questões constitucionais e de procedimento. Foram estabelecidas duas comissões "ad hoc" para proporem mudanças constitucionais e um novo hino nacional.

A comissão constitucional deve relatar na próxima sessão do Parlamento como consultará o público; ela deve elaborar o seu relatório final nos meados de Fevereiro de 1997. A Renamo deseja reduzir o poder do Presidente da República e introduzir outras mudanças, mas as emendas constitucionais requerem dois terços de voto no Parlamento, o que pressupõe a necessidade de um acordo entre a Frelimo e a Renamo para tal acontecer.

A comissão constitucional possui 31 membros: 16 por parte da Frelimo, 14 da Renamo e 1 da União Democrática (UD). O presidente é o Hermenegildo Gamito (Frelimo) e o secretário, Jafar Gulamo (Renamo).

O hino nacional contém palavras como "Viva a Frelimo", que já não são entoadas, mas a canção deve mudar. A comissão "ad hoc" possui 8 elementos por parte da Frelimo, 6 da Renamo e 1 da UD. O presidente é Almeida dos Santos Tambara (Renamo) e o secretário é o músico Roberto Chitsondzo

(Frelimo).

A proposta da Renamo para mudar a composição da Comissão Permanente do Parlamento dos actuais 15 membros (8 da Frelimo, 5 da Renamo e 2 da UD) para 20 (sendo 10 da Frelimo, 8 da Renamo e 2 da UD) para que de uma forma mais exacta possa reflectir o equilíbrio no Parlamento, foi rejeitada numa das poucas votações realizadas.

A UD, que apenas possui 9 lugares dos 250 existentes no Parlamento, recusou ocupar os seus lugares nas duas comissões "ad hoc" reclamando que deveria ter lugares na mesma proporção da Comissão Permanente. Exigia 5 dos 31 lugares da comissão constitucional. Em vez disso, ela recebeu 1 lugar, proporcional aos seus assentos no Parlamento.

Comissões parlamentares: Dedicação no trabalho

A maior parte da acção do parlamento está a processar-se através das 7 comissões estabelecidas na sessão parlamentar de Março/Abril. Na sua maioria, elas encontram-se regularmente no interregno dos trabalhos das sessões. As comissões, mais do que dedicar-se a fazer considerações sobre as propostas que a ela são submetidas, ou que as submetem ao parlamento, levantam também questões que são de interesse directo do público e à margem dos debates em relação às propostas de lei no parlamento.

As presidências e os secretariados das comissões são distribuídos entre os três partidos. A Frelimo como partido maioritário, foi capaz de escolher as comissões que queria dirigir. Cada comissão possui 15 membros e cada partido seleccionou os seus membros para as referidas comissões e os nomeou onde julgou ser de conveniência própria, para as funções de presidente e secretário. Os parlamentares foram capazes de decidir se desejam ou não ser membros das comissões vigentes; muitos não optaram por causa dos seus compromissos pessoais ou políticos, os quais lhes consomem muito do seu tempo.

Tanto a Frelimo como a Renamo tentaram escolher membros, especialmente para áreas de acordo com a sua experiência. Na Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Regional, Administração Pública e Poder Local, o respectivo Presidente, Hélder Muteia (Frelimo) é um veterinário e como membros estão inclusos agricultores, um técnico agrário, um ex-professor na Faculdade de Agronomia, um economista, e um ex-funcionário do Governo envolvido em questões do desenvolvimento.

Chico Francisco (Renamo), presidente da

Comissão das Actividades Económicas e Serviços, é um hidrologista, enquanto que dentre os restantes membros que integram a comissão constam homens de negócios, dois antigos trabalhadores dos Caminhos de Ferro (a comissão abrange também os transportes), um ex-director provincial de Indústria e Energia e também um antigo trabalhador de uma carvoeira.

"Possuímos experiência relevante", afirmou Francisco, o que significa que as pessoas estão a tomar as comissões com muita seriedade. As comissões possuem conhecimentos para aprofundarem mais as questões, de modo a que "as discussões não se transformem em debates políticos", explicou Francisco.

As comissões revelaram um alto grau de cooperação interpartidário e profissionalismo. "Certamente existem algumas diferenças políticas. Mas até aqui nunca votamos na nossa comissão. Sempre decidimos por consenso," afirmou Muteia.

O Governo nunca tentou dar directrizes directas aos membros que integram as comissões. Quando as propostas sobre as eleições do governo local foram apresentadas, os membros da Frelimo foram informados que eram livres de discutir sobre as mesmas, que afinal acabariam sendo rejeitadas.

Alargar a forma de trabalhar

A prioridade das comissões tem sido a de considerar as propostas de leis pelo governo ou pela oposição, para a sessão seguinte, mas elas também têm direccionado a sua acção no sentido de iniciar discussões de temas a submeter a uma próxima sessão do parlamento. A maioria das comissões mantém ou estabelecem uma aproximação com ministros, de acordo com as áreas específicas e essa prática generaliza-se, na presente legislatura.

Por exemplo, a Comissão de Agricultura entrevistou o Ministro da Agricultura acerca da nova Lei de Terras que está em discussão mas que não irá ao Parlamento até à segunda sessão do próximo ano.

A Comissão das Relações Internacionais obteve provas a partir de diversos embaixadores. Várias comissões contactaram, igualmente, representantes de agências de assistência.

A maioria das comissões está a enviar os seus membros individual ou colectivamente, em pequenos grupos, para visitar locais relevantes de acordo com os interesses; muitas vezes, os membros das comissões, por iniciativa pessoal, no intervalo das sessões realizam visitas nas suas províncias de origem.

As comissões estão também a analisar questões levantadas pelo público. A pedido do Grupo de Solidariedade para com o Timor Leste, a Comissão

das Relações Internacionais apoiou a criação de um grupo parlamentar de interesse sobre o Timor Leste. A Comissão das Actividades Económicas e Serviços analisou os problemas da LAM, a companhia aérea nacional, a pedido do seu sindicato.

O relatório da Comissão das Actividades Económicas fez notar que as suas primeiras sessões eram essencialmente uma iniciação - o primeiro contacto com a realidade económica.

Questões quentes

As privatizações e a comercialização são algumas das questões quentes discutidas pelas comissões. A Comissão das Actividades Económicas tem estado abertamente a criticar o programa de privatizações, alertando que tem havido "uma falta de transparência", e a outra lacuna reside em não se dar preferência aos moçambicanos. Aos trabalhadores nem sempre lhes é dada a quota de 20% que deveriam ter. Em alguns casos as pessoas que ganham o concurso para a compra de companhias, não as têm mantido em funcionamento e casos há em que eles as têm "tornado em armazéns".

O Sr. Francisco, presidente da comissão, tem manifestado um particular interesse pelo Corredor da Beira, os seus caminhos de ferro e o porto, que segundo afirma, mostra aquele empreendimento que as companhias estatais podem ser rentáveis - "elas provaram que não é necessário privatizar, para se acabar com a ineficiência e fazer lucros".

A comissão também chamou atenção do "perigo da extinção da indústria têxtil nacional".

As comissões das Actividades Económicas e de Agricultura analisaram a comercialização agrícola e alertaram para o facto de que o congelamento do crédito (imposto pelo FMI) significa que os comerciantes não são capazes de adquirir o milho e outros produtos produzidos pelos camponeses. A Comissão para a Agricultura alerta que os comerciantes, em relação ao milho, estão a pagar menos que o preço mínimo oficial estipulado. Ela também apela para um novo sistema de financiamento agrícola.

Regras diversas

Cada uma das sete comissões concebeu e redigiu as suas próprias regras de funcionamento; existem grandes diferenças. Por exemplo, sobre a questão de reuniões abertas ou à porta fechada as comissões de Agricultura, Actividades Económicas, e Plano e Orçamento, definiram que as reuniões são à porta aberta a não ser que as comissões decidam em contrário, enquanto as outras quatro comissões não

se pronunciaram. Apenas duas - da Deresa e dos Assuntos Jurídicos - estabeleceram formalmente subcomissões. Após discussões no parlamento decidiu-se harmonizar o conjunto das sete regulamentos em vigor.

Sobre o parlamento: Limitações de instalações

O Parlamento tem estado a trabalhar com muitas limitações em termos de instalações e equipamento, e apesar de um ano de discussões, tem ainda havido pouca assistência prática por parte dos doadores: Há a registar fotocopiadoras da Suíça e dos Estados Unidos da América, um fax da Suíça, três computadores da AWEPA, e material do escritório da Fundação Fredrich Ebert.

Um grande número de trabalhadores do Parlamento tem desenvolvido um trabalho apreciável a despeito da falta de recursos, mas tem também havido tensões. Os trabalhadores acusam os parlamentares de arrogância e falta de consideração, enquanto alguns parlamentares acusam os trabalhadores de um fraco trabalho. Alexandre Vasco informou o Parlamento de que muitos trabalhadores são "incompetentes".

As sete comissões em vigor estão a exigir mais instalações - cada uma quer o seu próprio computador e fotocopiadora, suas salas de reuniões, e outra para os documentos. A Comissão das Relações Internacionais aponta que para trabalhar, necessita de três trabalhadores.

A longo prazo, o Parlamento terá o apoio da Dinamarca (1,9 milhões de US\$), da China (6 milhões de US\$) montantes estes que se destinam para grandes melhoramentos no edifício do Parlamento. Em 1988 a China prometeu construir um novo edifício do Parlamento, mas esta ideia consubstancia-se agora na reabilitação das actuais instalações.

A actual construção resulta de transformações feitas a partir das instalações de um cinema. Os planos incluem a mudança da configuração para uma de semi-círculo, construção de escritórios para os líderes dos partidos e presidentes e secretários das comissões, construção de três salas de reuniões e a construção de apartamentos para albergar até 100 parlamentares que vivam fora de Maputo.

Boa imprensa

A cobertura por parte da Imprensa das actividades do novo Parlamento tem sido geralmente bem feita e as relações Imprensa-Parlamento são boas. A Rádio e a

televisão têm uma cobertura diária das sessões do parlamento; a TV possui também um sumário de uma hora das actividades semanais do parlamento. No que diz respeito às reportagens das sessões, o hebdomadário "Notícias" tem também estado a entrevistar os parlamentares sobre os tópicos do dia.

O processo de credenciamento da Imprensa foi simples e decorreu sem problemas. As credenciais para a Imprensa foram dadas a qualquer jornalista que submeteu um pedido. A credencial capacita o jornalista a uma cópia de todos os documentos e a um livre acesso ao Parlamento. Os parlamentares e jornalistas são livres de se misturarem durante a hora do intervalo diário de chá e café.

Todas as sessões das comissões em vigor têm estado abertas para a Imprensa e o público, e os jornalistas têm participado em algumas delas. A Rádio Moçambique (RM), regularmente, tem apresentado questões a membros de comissões, no seu programa "Linha Aberta". A RM planeia indigitar um correspondente especial para apenas se ocupar do trabalho das comissões parlamentares em vigor.

Os jornalistas que cobrem as sessões do Parlamento têm telefonado para os presidentes das comissões, secretários e porta-vozes dos partidos, quando não são capazes de participar nas reuniões. Por sua vez, também os membros das comissões várias vezes contactam a Imprensa para reportar o que é que aconteceu na reunião.

Mais informação

Tem sido disponibilizada muita informação devido ao facto do parlamento ser multipartidário e o actual Governo pós-eleições ser muito mais aberto.

Por exemplo, o Ministério do Plano e Finanças submeteu um relatório de 70 páginas sobre como estava a cumprir o plano de 1995. Ilustrou que para o primeiro semestre do ano os gastos governamentais têm sido mantidos muito abaixo dos níveis planeados.

Num relatório detalhado, o Procurador da República admitiu que a taxa de criminalidade está a aumentar, há violação dos Direitos Humanos incluindo pessoas que estão a ser presas ilegalmente, e regista-se uma rápida expansão da corrupção.

Eleições locais:

Doadores e MP's combinam

A proposta de lei para as eleições locais foi rejeitada por uma concertação que não é habitual, e que consistiu na pressão dos doadores e um novo espírito da independência vigente no actual parlamento. A decisão de se adiar as eleições locais foi grosso modo

urna surpresa, porque tanto os doadores bem como a Renamo, na oposição, têm estado a pressionar para que as eleições locais sejam realizadas o mais cedo possível e que abranjam todo o país.

O Ministro para a Administração Estatal, Alfredo Gamito, afirmou, no semanário Domingo (12 Nov.) que a grande razão para a retirada da proposta de lei foi a exigência dos doadores para um acordo por parte dos partidos, sobre a lei das eleições autárquicas.

Fazer pressão em relação à lei sem aceitação por parte da Renamo poderia significar que os doadores não disponibilizariam fundos para o processo eleitoral

Logo que a proposta de lei foi apresentada, ficou claro que não havia a possibilidade dela passar. A Comissão dos Assuntos Jurídicos decidiu, por unanimidade, que a proposta de lei era inconstitucional, e os parlamentares parecia que se sentiam abertamente ofendidos pelo facto de o Governo não ter feito nenhuma concessões e nem sequer propor nenhuma mudanças ao pacote de lei. O grupo de parlamentares da Frelimo integrados na Comissão dos Assuntos Jurídicos já declarou as propostas de lei inconstitucionais, e deixou claro que ela dificilmente poderá mudar as suas posições simplesmente porque o Governo decidiu avançar. Assim, o governo não teria tido uma maioria

A Renamo tinha três razões políticas para opôr-se à proposta de lei. Primeiro, no princípio retirou propostas de lei após a Comissão dos Assuntos Jurídicos as ter achado feridas de inconstitucionalidade. Deste modo tomou uma posição dura sobre medidas governamentais consideradas inconstitucionais.

Segundo, a Renamo tem estado a fazer pressão para uma rápida revisão da Constituição. Deste modo, ficou satisfeita por ter um outro argumento para defender a necessidade de emendar a Constituição - neste caso para permitir a realização das eleições locais.

Terceiro, embora a Renamo tenha pressionado para a realização antecipada das eleições em todos os distritos, chegou à conclusão que teria problemas em organiza-las, em privada afirma que ficaria satisfeito com um adiamento de um ano.

"Designando" os Presidentes dos Conselhos Municipais

A questão chave sobre a Constituição, reside na sua interpretação e na linguagem. A constituição fala de dois tipos de órgãos do governo: órgãos "representativos", tais como as assembleias municipais, que são "eleitos", e órgãos "executivos"

e oficiais, incluindo administradores distritais e presidentes de conselhos municipais que são "designados". Quando em 1990 foi apresentada a constituição preliminar, esta distinção foi feita porque os que a elaboraram pretendiam que os presidentes dos conselhos municipais e os administradores ainda pudessem ser nomeados pelo Governo central, mesmo se as assembleias fossem eleitas.

A questão que se punha era: Mesmo se os que elaboraram a Constituição não pretendiam isso, os presidentes dos conselhos municipais poderão ser eleitos? Os apoiantes da proposta de lei argumentam que a eleição era uma forma possível de "designação"; os oponentes afirmaram que a constituição clarifica a designação que quer significar nomeação e não eleição.

Implícito no debate é que se o pacote de leis das eleições locais é inconstitucional, então a Lei dos Municípios de 1994 também o é. Jafar Gulamo (Renamo), secretário da Comissão dos Assuntos Jurídicos, confirmou esta posição durante o debate parlamentar. Os negociadores no Parlamento agora terão que decidir se é possível emendar a lei de 1994, ou se o problema é tão básico que é necessário uma emenda constitucional para permitir que as eleições dos presidentes se realizem.

A outra questão constitucional relaciona-se com outro pacote de leis, para estabelecer uma nova Comissão Nacional de Eleições (CNE), similar àquela que dirigiu as eleições presidenciais e parlamentares no ano passado. Contudo, parte do Acordo Geral de Paz de Roma incluiu a retirada da secção da constituição que cobria os instrumentos da máquina eleitoral para permitir uma independência da CNE. Esta retirada já não está em vigor, e a constituição remete a supervisão das eleições para o Conselho Constitucional, e antes da sua designação, para o Tribunal Supremo. A lei deve ser elaborada de novo para tomar este aspecto em consideração, embora isto não seja um problema fundamental.

Gradualismo

Seria "utopia" esperar que o governo seja capaz de realizar as eleições locais ao nível do país no próximo ano, argumentou Alfredo Gamito, o Ministro da Administração Estatal.

A política governamental estabelecida na Lei dos Municípios de 1994 aponta que quando os distritos possuem um conjunto de facilidades básicas - tais como um pequeno edifício de conselho executivo com equipamento básico (um máquina de escrever, um cofre para guardar receitas dos impostos, etc.), um pequeno corpo de pessoal formado, casa para os oficiais, e lugares onde os camarários possam estar no decurso das reuniões (na medida em que muitos

dos distritos são muito grandes para os camarários voltarem à casa de noite no interregno dos dias das reuniões) - serão chamados "municípios" e capazes de eleger uma Assembleia e um Presidente do Conselho (para as cidades), ou um Administrador (para os distritos). A lei definiu as 10 capitais provinciais e a cidade de Maputo como sendo já "Municípios" e aponta que as eleições locais realizar-se-ão em data a definir por lei, até 1 de Outubro de 1996.

O Secretariado Técnico para a Administração Eleitoral (STAE), das eleições do ano passado foi de novo reconduzido à função, com Arménio Correia como Director Geral. Estava envolvido na planificação para registo em Março e eleições em Setembro, nestas 11 cidades. Nos restantes distritos as eleições poderiam ser realizadas em 1997 e 1998.

A segunda fase poderia ter sido nos 18 distritos - 12 dos quais já possuem designações como cidades (Chócue, Dondo, Mocuba, Nacala, etc.) e 6 distritos que estão sendo apoiados de acordo com o Programa Sueco do Distrito-Piloto (PROL) (distrito de Lichinga, Mocimboa da Praia, Monapo, Angónia, Búzi e Boane).

As eleições nestes 18 distritos, poderiam ter lugar em 1997. Se tivesse havido pressão por parte do Parlamento e fundos suficientes disponibilizados pela comunidade doadora, então, estes 18 distritos poderiam ter sido acrescentados na lista de Setembros de 1996.

As eleições nos restantes 102 distritos poderiam ter sido em 1997 e 1998.

O princípio de "gradualismo" nas eleições possuem três bases. Primeiro, o Governo acha que não há razão em eleger Assembleias Municipais para os distritos que não possuem estruturas administrativas em funcionamento. Segundo, a abordagem gradual permite que as eleições sejam mais realizadas por moçambicanos e menos dependentes dos doadores (muito embora as eleições nas 11 cidades necessitem de 22 milhões de dólares americanos a obtê-los do fundo dos doadores). Terceiro, começando nas cidades que já possuem as administrações em funcionamento serão um bom prova de todo um processo de descentralização e permitir mudanças na lei e nos regulamentos antes das eleições noutros municípios.

A nova calendarização, a ser acordada pelos partidos no Parlamento abrangerá todos os distritos, e determinará se as eleições serão levadas a cabo por fases ou em simultâneo.

Exigências dos doadores

Os doadores dão uma grande prioridade às eleições locais. O semanário independente "DEMOS" (1 de Novembro) publicou o texto das exigências remetidas

ao Governo pelo grupo de doadores de Ajuda Para a Democracia, em Setembro.

A declaração de seis pontos não é assinada por doadores individuais e nem identifica a fonte, porque é um conjunto de exigências individuais dos doadores. É deveras confusa e contraditória, e nem todos doadores apoiam todos os seis pontos. Mas os representantes dos doadores opinam que há a necessidade de ter alguma coisa escrita para apresentar ao Governo, mesmo se tal não for uma declaração totalmente acordada.

O primeiro ponto, que reúne um grande apoio dos doadores, é questão do "consenso" factor muito importante que determinará o grau de apoio por parte dos doadores. O consenso deve ser alcançado no Parlamento tão cedo quanto possível no que respeita à forma segundo a qual as eleições serão realizadas.

Os doadores afirmaram que não apoiariam um processo eleitoral se a lei tiver sido passada no Parlamento com a oposição da Renamo. Assim sendo, a Renamo possui um veto efectivo, e Gamito citou os pontos de vista dos doadores quando retirou a proposta de lei. Pelo menos alguns doadores são da opinião que aceitarão um adiamento até 1997, desde que seja acordada entre a Renamo e a Frelimo.

O primeiro ponto fala também do consenso dos "partidos extra-parlamentares", mas este ponto tem menos apoio.

Segundo, na verdade os doadores apoiam o gradualismo. "Os doadores acreditam que as eleições deveriam ser rapidamente realizadas em muitos distritos quanto possível" mas, se não são realizadas em todos os distritos em 1996, então "deve ser anunciada uma nova calendarização".

O quarto ponto em parte contradiz o segundo. Opõe-se ao gradualismo e à estrutura da lei dos "municípios" de 1994. "A existência de uma base de imposto ou uma exigência para a entidade local ser declarada uma "municipalidade" não deve ser pré-requisito para a representatividade do governo local".

Os Estados Unidos, o Reino Unido e a Alemanha são os principais doadores que se opõem ao gradualismo na lei de 1994, e o quarto ponto reflecte os seus pontos de vista. A União Europeia e o "Like Minded Group" em geral apoia a abordagem da realização das eleições em fases e o segundo ponto que no quarto reflecte o seu ponto de vista.

O terceiro ponto aponta que "as eleições devem ser realizadas num mínimo custo...".

O quinto, "aponta que os poderes e responsabilidades dadas ao governo local deverão ser cuidadosamente delineados". (Este é o centro da intensiva actividade financiada pelos doadores e já está em execução no Ministério da Administração). O sexto, refere que "as autoridades locais prestam contas aos votantes locais. (Esta cláusula já está abrangida na lei de

1994).

A declaração de Gamito de que estava a retirar a lei por causa das condições impostas pelos doadores motivou uma grande reacção no Editorial do Semanário "DOMINGO" (12 de Novembro): A comunidade doadora voltou a mostrar uma mão dura, impondo orientações em questões políticas do nosso país ... As lições que "DOMINGO" tira não são novas: os que dão o pão continuam a definir as regras de jogo e sempre fazem-no para beneficiar os que apoiam os interesses dos doadores.

Os doadores, em privado concordam com este ponto de vista. Mas eles sublinham que Moçambique deve aceitar tais imposições porque depende dos doadores em mais de metade do seu orçamento. Um representante da comunidade doadora comentou: "as eleições de 1994 apenas realizaram-se por causa da pressão dos doadores e haverá eleições locais apenas se os doadores agora exercerem esta pressão".

O governo moçambicano, por sua vez, está a tomar uma posição de precaução. Se os doadores querem que as primeiras eleições sejam realizadas em mais de 11 cidades, terão que suportar os custos. E se esperam que as eleições sejam realizadas em todo o país, então terão que disponibilizar alguns fundos para reconstruir os edifícios das Conselhos Municipais destruídos pela guerra, o que até aqui os doadores têm-se recusado a fazer e as restrições de gastos impostas pelo FMI fazem com que seja impossível fazer isso.

Leis propostas: Eleições locais

A lei eleitoral apresentada ao parlamento nunca foi debatida devido à questão da constitucionalidade da eleição dos presidentes dos conselhos municipais, mas os detalhes técnicos parecem estar longe de mudar. A lei proposta é idêntica à lei das eleições nacionais de 1994; alguns dos problemas que surgiram no ano passado foram corrigidos, com a maior excepção dos votos inválidos (ver a página seguinte).

A eleição do presidente do concelho (ou administrador distrital) e da assembleia municipal realizam-se em simultâneo, e ambos são eleitos para um mandato de cinco anos. O presidente do conselho ou administrador deve receber uma maioria de votos; se nenhum dos candidatos receber uma maioria, uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados será realizada. O presidente do conselho ou administrador somente pode servir em dois mandatos.

A assembleia será eleito por um sistema de listagem, com a distribuição dos lugares obedecendo

o método de Hondt. Mas contrariamente às eleições nacionais, não existirá uma barreira uma vez que a assembleia será largo - com 35 a 71 membros - esta situação cria maiores oportunidades aos partidos pequenos.

Os eleitores devem ser registados nos municípios onde vão votar mas os candidatos não se registam necessariamente ali. Os juizes e magistrados, soldados e membros das forças de segurança, os ministros da religião e chefes de seitas não podem concorrer para as eleições, salvo se abdicarem dos seus cargos. A proposta de lei também exclui os dirigentes das companhias e proprietários de negócios que possuem contratos continuos com o município, o que poderia excluir muitos homens de negócios locais.

Todos os candidatos têm o direito de suspender com as actividades laborais durante os 25 dias da campanha eleitoral.

Todos os partidos nacionais registados têm o direito de apresentar candidatos e listas, e de formar coligações. Candidatos independentes para a lista do presidente do conselho e cidadãos locais para a lista da assembleia municipal requerem a assinatura de 2% dos eleitores registados - que têm uma média reduzida que vai de 1000 em pequenas cidades a mais de 10.000 em Maputo.

As mesas de voto, procedimentos de votação e contagem, e regulamentos para os delegados de listas são largamente os mesmos como os do ano transacto. Outra vez, os resultados devem ser publicados em cada mesa de voto.

Para algumas áreas problemáticas nas eleições nacionais foram minimamente encontradas soluções, na nova proposta:

- * os requerimentos burocráticos para os candidatos estão simplificados;
- * as tarefas são distribuídas aos membros das mesas de voto numa forma equitativa (no ano passado, o presidente da mesa de voto tinha muitas responsabilidades);
- * a imprensa ainda tem acesso ao interior das assembleias de voto, mas não é permitido fotografar próximo à cabine de voto.

Mais votos inválidos?

Os votos inválidos causaram um grande problema nas eleições nacionais no ano passado; mais de 600 000 boletins de votos tiveram que ser reconsiderados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). A lei exigia que se assinalasse com uma cruz ou com impressões digitais marcadas ao menos dentro do pequeno quadrado no boletim de voto, o que significava que

marcas na fotografia do candidato ou no nome eram inválidos, mesmo que a intenção do eleitor fosse clara. A CNE, eventualmente, incluiu mais do que a metade destes votos "inválidos", porque ela considerou a lei muito restritiva e decidiu aceitar todos os boletins onde a intenção dos eleitores era clara.

No seu relatório final, a CNE disse que a lei devia ser mudada de modo a permitir qualquer marcação dentro do rectângulo contendo o nome e o símbolo do partido ou candidato.

Mas o projecto de lei para as eleições locais usa a mesma terminologia que esteve na origem de muitos entraves no ano passado.

Inesperadamente, a lei proposta exige que os eleitores marquem com uma cruz num quadrado, e não se prevê a votação com as impressões digitais tal como foi a prática usada por muitos eleitores analfabetos no ano passado. (Mesmo assim, a lista do material necessário para as mesas de voto inclui a almofada de tinta para as impressões digitais.)

Em conjunto, estes factos podem aumentar consideravelmente o número dos votos inválidos.

Comissão Nacional de Eleições

O governo propôs o estabelecimento de uma Comissão Nacional de Eleições (CNE) permanente composta por 13 membros nomeados pelo Parlamento. O presidente teria um mandato de 7 anos e os outros 12 membros um mandato de 5 anos.

Ao apresentar a lei, o Conselho de Ministros considerou que :

" Beneficiando da experiência da primeira versão da Comissão Nacional de Eleições, a intenção é a de reduzir o número dos membros para 13 e aumentar a sua funcionalidade, de modo a agilizar a tomada de decisões." As decisões não precisariam de ser unânimes, mas podiam ser expressas pela maioria presente.

A CNE funcionaria somente 15 dias antes do começo do recenseamento até 15 dias do seu término, e 45 dias antes do início do período eleitoral, até 45 dias depois da tomada de posse dos concorrentes eleitos.

A CNE nomearia as Comissões Provinciais de Eleições compostas por sete membros e as Comissões Distritais de Eleições com cinco membros. Mas o Conselho de Ministros sublinha que "as principais decisões serão tomadas a nível central" e que a CNE pode sobrepôr-se a qualquer decisão das comissões provinciais e distritais.

Os membros do Parlamento, do Governo e do Conselho Constitucional, juízes e membros dos órgãos provinciais e locais não podem ser membros

da CNE. No mínimo cinco membros devem ser advogados.

O anteprojecto de lei insere que , depois de ser nomeado pelo Parlamento, a CNE seria "autónoma e independente de todas as autoridades estatais." A Comissão dos Assuntos Jurídicos declarou que esta clausula violava a previdência constitucional que o Conselho Constitucional é que tem a responsabilidade de dirigir as eleições. (Até ao estabelecimento deste Conselho, o Tribunal Supremo é que detêm esta responsabilidade). A lei terá que ser revista de modo a CNE subordinar-se ao Conselho Constitucional.

Recenseamento

Um único registo seria mantido para todas as eleições. Todos os moçambicanos com idade igual ou superior a 18 anos devem recensear-se de forma a confirmar-se o seu registo anualmente, e a mudar o seu registo no caso de mudança de domicílio. O anteprojecto de lei para o recenseamento usa a mesma terminologia aplicada na lei eleitoral anterior e no anteprojecto de lei actual: 'dever', o que significa que é considerado um dever de todos praticar este acto, mas não tem um carácter obrigatório. Cartões com fotografias para a identificação continuariam a ser emitidos para todos os que se recensearem. Uma vez que a lei sobre a recenseamento também era referente à CNE, esta foi também retirada.

Política dos doadores: Oposição ao FMI

Representantes de doadores em Maputo divulgaram uma declaração sem precedentes, no seu conteúdo, atacando a política do FMI.

O documento veio ao público na sequência da visita de um alto funcionário do Fundo Monetário Internacional, Sérgio Leite. Durante uma Conferência de Imprensa havida no dia 23 de Setembro último, que teve larga audiência no público, Leite apresentou-se a criticar e a discordar clara e abertamente com o ajustamento salarial de 37.5% sobre o vencimento mínimo que tinha sido acordado em conversações tripartidas entre o governo, empregadores e os trabalhadores. Não obstante a metade do índice da inflação se reflectir sobre o salário mínimo de menos de US\$ 1 por dia, Leite considerou o aumento de "excessivo" e disse que este estava a ser atribuído demasiado cedo. Ele reafirmou o seu ponto de vista durante um encontro com doadores, em Maputo havido no dia 26 de

Setembro, e que foi reportado detalhadamente no dia seguinte pelo MediaFax, um jornal independente.

Leite disse aos doadores que Moçambique fez "grandes esforços", incluindo os cortes nos gastos do Estado muito mais do que o planeado, e que satisfêz muitas das condições impostas pelo FMI. Mesmo assim, a inflação continuava a subir em flexa, e esta situação requeria mais cortes nos créditos e nos gastos; por conseguinte, ele opunha-se ao aumento atribuído sobre o salário mínimo.

Mais adiante, Leite avisou que o FMI poderia ser forçado a declarar Moçambique "off-track", (desvio excessivo das metas acordadas no âmbito do programa) o que provocaria consequências automáticas e desastrosas. Alguma ajuda iria parar automaticamente, e Moçambique não teria acesso a negociações sobre reduções da dívida dentro deste ano. O Ministro do Plano e Finanças Tomas Salomão foi enviado a Washington, para prosseguir com as negociações, versando sobre este assunto.

Este estágio de relações entre Moçambique e o FMI fez com que os doadores em Maputo publicassem uma comunicação tornada pública a 6 de Outubro, cujas cópias foram enviadas ao FMI e ao Banco Mundial, bem como o Governo. O documento dizia a dado passo que "a comunidade dos doadores está impressionada com o cometimento feito pela equipa económica do novo governo em implementar uma agenda ambiciosa de reformas. Uma eventual ruptura da ajuda financeira poderia fracassar mais progressos." O documento também apelava, na linguagem técnica, para que o programa não fosse declarado "off-track."

Numa crítica aberta e rara à política do FMI, o documento dizia que: "quando nós endossamos o programa do FMI e o Governo para controlar o procura para combater a inflação, manifestamo-nos deste modo profundamente apreensivos acerca do vazio que se faz sentir na resposta em oferta à economia moçambicana." Em outras palavras isto significa que: fazendo o país mais pobre do mundo cada vez mais pobre, de modo a reduzir a procura, isso não irá restaurar uma economia destruída pela guerra; alguma coisa deve ser feita para aumentar a produção.

A declaração acabou sendo assinada somente por cinco embaixadores dos países doadores ou representantes sediados em Maputo, os mais proeminentes, a saber Estados Unidos, União Europeia, Nações Unidas, Holanda (Países Baixos) e a Suíça. Os doadores dos países nórdicos ajudaram a elaborar o documento, mas foram orientados a não assinar a declaração, à última hora, pelas suas capitais, pois estes advogavam que as declarações dirigidas ao FMI não deviam vir de embaixadores em

Citações

"Contrastando com o que nós gostaríamos de acreditar, os dirigentes africanos não são os vários estados africanos...os dirigentes de África, incluindo Moçambique, são o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional...o programa deles visa integrar a África num sistema económico neo-colonialista que não toma em consideração as necessidades dos povos. O que conta é o mercado livre; e Deus é que é dinheiro.."

'Nova Vida' (Novembro 1995), publicado pela Igreja Católica em Moçambique.

"O FMI não é uma agência de desenvolvimento, é sim uma agência de auditoria. Não se deve confiar o desenvolvimento aos auditores. O desenvolvimento é mais complexo. É necessário ter-se uma visão"

Abdul Magid Osman, ex-Ministro das Finanças

Maputo. No entanto, informalmente, foram claros em mostrar o seu total apoio ao documento.

Um dos doadores, a dado passo disse:

"A inflação não pode ser combatida simplesmente na base de medidas monetárias e fiscais -ao controlar a assistência monetária e os gastos do governo- como o FMI acredita. O FMI não entende a economia moçambicana; este organismo está a usar um modelo inapropriado."

A declaração surtiu efeitos muito cedo. Depois da sua publicação, o Governo confirmou o aumento do salário mínimo. O FMI não declarou Moçambique "off-track", e Salomão mais tarde disse que o cenário era em parte devido à declaração produzida pelos referidos doadores.

Mas o preço foi alto. A declaração dos doadores, especificamente, chamava atenção ao Governo no sentido deste "aumentar a alocação do orçamento na Educação e na Saúde." Porém, Salomão foi forçado a prometer ao FMI mais cortes nos gastos da Saúde e da Educação. " Moçambique deve procurar cortar a dependência dos doadores - financiar a reabilitação das infraestruturas destruídas pela guerra, tais como estradas, porque estes gastos são considerados pelo FMI como sendo inflacionários e o governo deve depositar dinheiro, separadamente, para pagar as dívidas com a Rússia, mesmo sabendo que não existe nenhum acordo nesse sentido entre ambas as partes.

O FMI não fez nenhuma concessão no que diz respeito à oferta. Os doadores esperam divulgar as suas posições acerca destas matérias, assim que a equipa do FMI voltar a Maputo, no princípio de Dezembro.

Parlamento presta atenção aos doadores

O Parlamento também tem estado a acompanhar o trabalho dos doadores. A Comissão de Agricultura, num dos seus relatórios responsabiliza as organizações internacionais pelo fracasso dos resultados da priorização da comercialização agrícola porque "muitas vezes elas promovem importações de bens alimentares em detrimento da produção nacional."

A Renamo, por sua vez, propôs um projecto de lei que exigia a todos os doadores, tanto a organizações governamentais como as não governamentais, a declarar ao Parlamento o valor e o montante de toda a ajuda, se ela é um empréstimo ou doações, assim como a sua alocação e as instituições responsáveis pela execução de todos os projectos. A Comissão de Relações Internacionais disse na altura que a ajuda era um assunto que diz respeito ao poder Executivo, e que o Parlamento não tinha nenhuma autoridade de exigir tais informações, daí que o projecto de lei ora apresentado foi retirado.

Grupo Consultativo adiado

O Banco Mundial adiou a reunião do Grupo Consultativo de Paris que normalmente realiza-se em Dezembro, por não estar ainda agendado. A reunião de 1994 fora adiada para 14-15 de Março de 1995 devido ao processo eleitoral. Neste momento, a reunião de 1995 será adiada para o mês de Março de 1996 ou para muito mais tarde.

Os potenciais doadores encaram esta situação como sendo vantajosa para o Governo, o qual tem fundos suficientes provenientes das doações prometidas para o período que vai até meados 1996. Este factor cria condições para o governo atingir os objectivos preconizados até o mês de Março.

Além disso, os doadores querem dar a possibilidade para o governo apresentar o OGE-Orçamento Geral do Estado ao Parlamento nesta sessão, antes de ser encaminhado aos doadores do Grupo. Mesmo admitindo que o Governo precisa de negociar o orçamento com os doadores antes de o apresentar ao Parlamento, certos doadores julgam que a democratização exige que o Parlamento se pronuncie sobre o orçamento.

Por esta altura os doadores reconhecem que obrigaram o Governo a comprometer-se no cumprimento de um programa muito ambicioso na reunião do Grupo Consultativo em Março de 1995. Na Declaração de 6 de Outubro, os doadores diziam ao Governo "para direccionar os seus recursos a poucas áreas chaves que, em conjunto, poderiam

relançar a economia". Deve-se definir "um limite de prioridades dentro da estrutura das políticas existentes".

A Declaração identifica as quatro áreas prioritárias no sector económico nas quais espera-se uma acção do Governo antes do grupo consultativo: " (i) reformas nas alfândegas; (ii) reformas no sector financeiro; (iii) desenvolvimento do sector privado; e (iv) combate à corrupção".

Roberto Chavez, Representante Residente do Banco Mundial em Moçambique, numa entrevista ao Domingo (5 de Novembro), disse que em todas as quatro áreas "as coisas estão a correr nos conformes".

A democratização e a descentralização são as prioridades não económicas preconizadas pelo pelo Grupo Consultativo de Paris.

Escândalos dos doadores

Dois escândalos denunciados por dois doadores vieram a lume recentemente. Num deles, a Suécia está a reter fundos destinados à ajuda na obtenção de sementes, prejudicando a presente época agrícola. Este facto é originado pelo desvio de cerca de \$ 2.3 milhões destinados ao Programa de Emergência de Sementes e Utensílios Agrícolas (PESU) do Ministério de Agricultura e Pescas. Segundo o MediaFax (de 28 de Setembro) \$ 1.1 milhões não chegaram a ser utilizados e continuavam numa conta bancária. \$ 640.000 foram aplicados no pagamento de uma companhia "joint-venture", sueca-moçambicana que alegadamente cobrou um montante exagerado referente aos bens fornecidos, e \$ 485.000 dólares foram aplicados no pagamento da Agro-Alfa que nunca chegou a fornecer as encomendas. O Governo atribui também culpas a contraparte Nórdica pelo escândalo surgido, embora comprometendo-se a repôr o dinheiro.

Num outro escândalo, os Estados Unidos da América são acusados de chantagear, ameaçando em retirar a sua ajuda a Moçambique, se o Governo não assinasse um contrato desfavorável para o país, com a empresa americana 'ENRON', para a exploração do gás de Pande, em Inhambane. O Ministro dos Recursos Minerais John Kachamila disse à "Chronicle" de Houston (EUA) que "existiram ameaças directas de congelamento de fundos de desenvolvimento se não se assinasse o mais rápido possível o contrato. Os seus diplomatas pressionaram-me a assinar um acordo que não era bom para Moçambique", afirmou Kachamila.

Também acusou aquela Embaixada como sendo responsável duma "campanha difamatória" ao propalar-se na Imprensa que ele não assinaria o contrato porque queria uma comissão. O Embaixador

Dennis Jett disse ao Houston Chronicle que o papel internacional para os EUA é extremamente importante. "Nós vemos outros governos ajudando os negócios das suas empresas e nós não iremos ficar atrás".

Adesão à Commonwealth

Moçambique tornou-se o 53º membro da Commonwealth, e o primeiro país a ser admitido sem que antes tenha sido uma colónia Britânica. Mas todos os países vizinhos são membros desta organização e apoiaram a candidatura de Moçambique.

A Commonwealth teve um programa de auxílio a Moçambique desde a sua independência de modo a compensar os ataques de que Moçambique foi vítima, levados a cabo por dois membros então renegados nesta organização, a Rodésia (agora Zimbabwe) e a África do Sul.

Ser membro da Commonwealth conduz a mudanças a duas terminologias: A Embaixada de um país da Commonwealth num outro país também membro da organização e designada Alta Comissão, e o Embaixador e por sua vez chamado de Alto Comissário em vigor.

Para breve:

a nova lei de terras

A posse da terra continua a ser uma das questões candentes em Moçambique, mas o novo Ministro da Agricultura, Carlos do Rosário, está a dar passos encorajadores para a sua resolução.

De acordo com a constituição em vigor, a terra pertence ao Estado, que pode dar direitos do seu uso; as pessoas que actualmente usam-na devem ter prioridade. A prática é extremamente confusa, porque há direitos de uso contraditórios que estão a ser aplicados por diversas pessoas e agências - o Conselho de Ministros; ministérios incluindo o da Agricultura, Minas, Indústria e Turismo; governadores provinciais; direcções provinciais; administradores distritais e conselhos municipais. Os camponeses não devem ser expulsos da terra que ocupam, mas isso às vezes acontece; noutros casos têm conseguido valer os seus direitos e ganham os direitos de continuar a usar a terra.

A terra também tornou-se uma questão altamente política. Foram concedidas terras na província de Niassa aos fazendeiros brancos sul-africanos. Aos ministros, generais e suas famílias foram-lhes alocadas grandes extensões de terra. Nas áreas sob influência da Renamo, ela tem estado a conceder o uso da terra bem como concessões de abate de

madeiras e de exploração mineira a terceiros.

Entidades individuais, bem como as associações dos camponeses têm conseguido obter os títulos de propriedade do uso das terras que ocupam, mas é um processo oneroso e complexo.

O Ministro Rosário fez da terra uma prioridade. Ele reactivou a Comissão da Terra, que começou a reunir-se regularmente nos meados de 1995 e estabeleceu como plano a revisão da Lei da Terra em finais deste ano.

Uma nova política da terra foi proposta e aprovada pelo Conselho de Ministros, em Setembro. Uma lei preliminar deverá estar pronta por alturas do Natal. Para os primeiros seis meses de 1996, a Comissão da Terra está a planear um grande exercício de consulta nacional sobre as questões contidas na lei preliminar; neste período também serão elaborados regulamentos que estão de acordo com a lei e rever a lei preliminar. O pacote de lei será apresentado para uma conferência alargada em Junho. Após a revisão, será canalizado às comissões em funcionamento no parlamento num período a ser decidido na sessão de Outubro de 1996.

A política sobre as terras acordada exclui a privatização da terra (como teria sido exigido por alguns doadores) e prevê a proibição constante da constituição em vigor relativa a hipoteca da terra e sua venda. Ela define quatro categorias sobre a terra:

- * Tipo A: Terra de carácter comercial onde os actuais sistemas de títulos de terra vão permanecer, e onde as infraestruturas (incluindo os canais de irrigação, árvores, etc) podem ser hipotecadas ou vendidas.

- * Tipo B: Terra de carácter colectivo para o sector familiar, onde o acesso será controlado através de algumas formas de regras tradicionais. Não serão necessários títulos formais, a venda e as hipotecas da terra não serão permitidas.

- * Tipo C: Áreas protegidas, tais como os parques e as praias.

- * Tipo D: Terra virgem disponível para o desenvolvimento.

Os camponeses nas áreas comerciais serão encorajados a formarem associações para ganharem títulos e protegerem os seus direitos.

Muitas questões permanecem por serem resolvidas, incluindo quem decidirá que terra ajusta-se a uma dada categoria. Mas uma lei revista sobre a terra poderá estar pronta dentro de um ano.

Que líderes tradicionais?

O debate sobre a "autoridade tradicional" está a crescer porque os líderes tradicionais estão para assumir um dado papel tanto no desenvolvimento do governo local, assim como na adjudicação da terra. Tem havido muitos artigos na imprensa sobre esta

matéria. O Ministério de Administração Estatal está a fazer estudos e realizar uma série de seminários em diversos pontos do país para tomar em consideração esta questão e espera dar o seu relatório nos meados de 1996.

Em muitas zonas rurais de Moçambique, existem líderes de famílias, clãs e grupos maioritários cuja a autoridade é reconhecida pelas pessoas sob sua jurisdição. Mas existem também muitas disputas, algumas das quais existentes há mais de um século. Não foi só a Renamo, nem a Frelimo e as autoridades coloniais que substituíram as autoridades "tradicionais" por outras mais competentes, mas também fizeram o mesmo os governantes no período pré-colonial. Por exemplo, em Búzi, ainda existe uma disputa entre as linhagens de chefes que foram colocadas por Ngungunhana há sensivelmente um Século e as que foram deslocadas.

Algumas pessoas estão a apelar ao governo para estabelecer uma comissão com vista a recolher informações ao nível local e estabelecer regras sobre quem deverá ser considerado um líder "tradicional".

A jurista Leonor Joaquim argumenta que o direito consuetudinário necessita de ser dinâmico "para tomar em consideração questões como a igualdade de género e sobre a necessidade do Estado ter um papel na institucionalização da autoridade tradicional".

Adelino Ivala, presidente da Assana, a Associação de Desenvolvimento de Nampula, na sua argumentação aponta para uma "síntese dos sistemas tradicional e moderno" que consubstancie a democracia e a autoridade tradicional. Ele chama atenção sobre o perigo de dar aos "chefes tradicionais" poderes ditatoriais que nunca os tiveram antes; os chefes sempre precisam de ter acordo do clã e dos da família, e isto deve ser institucionalizado, sustenta Ivala.

As atitudes dos dirigentes tradicionais para com o governo estão a ser muito variáveis. Os chefes mais idosos em algumas áreas estão a exigir que o governo lhes dê uniformes e salários que auferiam no tempo colonial. Mas em outros locais, os chefes estão a distanciar-se do governo.

AWEPA:

Seminários na Assembleia

De uma forma inesperada e rápida a Assembleia da República deu passos no sentido de estabelecer a sua própria agenda e tomar um controle efectivo das suas questões. Muitos seminários parecem ter sido importantes para agilizar este processo, incluindo quatro organizados pela AWEPA.

250 parlamentares participaram num seminário em

Março logo após a abertura da segunda sessão do parlamento. Para muitos novos parlamentares, era a primeira vez que constatavam o funcionamento do parlamento multipartidário. Um aspecto importante do seminário foi uma simulação da aprovação de uma nova lei; os parlamentares estavam divididos em novos partidos, a imprensa e grupos de pressão. Tinham que trabalhar juntos, formular emendas, procurar compromissos nas comissões e considerar os interesses de diversos grupos na sociedade. O resultado mais importante foi a diminuição da tensão entre os três partidos. "O seminário ajudou-nos a ultrapassarmos os conflitos entre os partidos e quebrou as diferenças," comentou Rui de Sousa, um parlamentar por parte da Renamo. Mas ele fez notar também que "o processo de democratização leva tempo, é um processo longo de aprendizagem". Em Setembro houve um seminário especial para os funcionários do parlamento, para ajudá-los a responderem às exigências do novo parlamento multipartidário, apesar da sua falta de equipamento e formação.

Em Pemba foi realizado um seminário para todos os parlamentares de Cabo Delgado - incluindo os membros dos governos provincial e local, líderes comunitários e locais - incluindo um debate sobre a descentralização e os poderes relativos dos parlamentares, dirigentes dos governos central e do nível provincial.

Marcos Juma, parlamentar da UD e um dos Vice-Presidentes do parlamento, quando sintetizava o seminário enfatizou que aprenderam que não era um caso simples de os parlamentares darem ordens, exigindo informações e fazer promessas que são impossíveis de cumprí-las; pelo contrário, foi uma situação onde se deu lugar a perguntas e respostas, e a aprender qual era a responsabilidade da província do que do parlamento. Foi visto que era importante o aumento do fluxo de informações entre a província e o parlamento.

Finalmente, em Outubro, antes da abertura da terceira sessão, realizou-se um seminário especial para cinco das setes comissões em vigor.

Até certo ponto, os seminários podem ter originado a redução da arrogância por parte dos parlamentares. Zeganias Kameeta, Vice-Presidente do parlamento namibiano, recordou os parlamentares em Pemba que para não usar a insuficiência de meios materiais como uma desculpa para não trabalharem para os seus círculos eleitorais. "Não possui um escritório, nem um telefone pago pelo governo e o escritório é a minha casa; esta situação claramente complica a vida da minha família. Mas não posso esperar que sejam criadas todas as condições para começar a trabalhar - os problemas do povo não esperam," disse Kameeta.

A AWEPA vai iniciar um novo programa de educação cívica em Março, em coordenação com o STAE (Secretariado Técnico para a administração Eleitoral) e trabalhará com organizações não governamentais, entre eles:

- CCM (Conselho Cristão de Moçambique) e as Igrejas membros;
- OMM (Organização da Mulher Moçambicana) e outros grupos femininos;
- OTM (Organização dos Trabalhadores Moçambicanos) e sindicatos independentes; e
- a OJM (Organização da Juventude Moçambicana) e outros grupos juvenis.

Com estes e outros parceiros foram realizados programas de educação cívica intensivos em 1993/94 antes da realização das eleições nacionais, onde foram tratadas questões como os direitos básicos, democracia, o processo de paz e as eleições. Os grupos de activistas formados nestes programas irão também participar nos novos programas de treinamento.

Dentro o novo programa serão tratados assuntos como: os direitos básicos e princípios democráticos; situação pós-eleitoral, separação de poderes, funcionamento do parlamento, o papel e a possível influência da sociedade civil, a descentralização e as eleições locais.

Novas publicações da AWEPA

* O "Relatório da observação pela AWEPA do Processo Eleitoral em Moçambique", por Joseph Hanlon, com fotografias por Pieter Boersma, agora em versões portuguesa e inglesa, nos escritórios da AWEPA em Maputo e Amsterdão.

Brevemente serão disponibilizadas publicações que se seguem:

* *"E Muitos Participaram"* por Obede Baloi, um estudo sobre o programa de educação cívica e o papel das ONGs (apenas em língua Portuguesa).

* *Relatório da Comissão Nacional das Eleições sobre as eleições de 1994* (em línguas inglesa e portuguesa).

* *Quem é quem na Assembleia da República.*

Onde está a AWEPA

Em Maputo a AWEPA mudou de instalações para:
Rua Licenciado Coutinho, número 77

C.P. 2648

e-mail: awepa@awepa.uem.mz

tel (258) 1 418603 fax (258) 1 418604

A Rua Licenciado Coutinho no bairro da Coop não constam na maioria dos mapas. É uma pequena rua que desce da Avenida V. Lenine em sentido oposto aos prédios PH6 e PH7. Quando vai da Praça OMM para baixa é no segundo desvio à direita.

O 'Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique' foi traduzido por
Boaventura Zitha

Título original: 'Mozambique Peace Process Bulletin'

O editor, Joseph Hanlon, pode ser contactado por e-mail através de: j.hanlon@open.ac.uk